

Citação: LOPES, Maria Antónia, “Estereótipos de "a mulher" em Portugal dos séculos XVI a XIX (um roteiro)” in Maria Antonietta Rossi (a cura di), *Donne, Cultura e Società nel panorama lusitano e internazionale (secoli XVI-XXI)*, Viterbo, Sette Città, 2017, pp. 27-44.

DONNE, CULTURA E SOCIETÀ NEL PANORAMA LUSITANO E INTERNAZIONALE

(Secoli XVI-XXI)



a cura di Maria Antonietta Rossi

ISBN 978-88-7853-757-6

Estereótipos de “a mulher” em Portugal dos séculos XVI a XIX (um roteiro)

*Maria Antónia Lopes
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
lopes.mariantonia@gmail.com*

INTRODUÇÃO

A opinião comum atual atribui com frequência a um passado remoto o que foram os estereótipos femininos prevalecentes no século XIX: um ser emotivo, frágil ou mesmo enfermo, mas naturalmente abnegado e dócil, cuja vocação instintiva era a maternidade e o serviço aos outros. Na verdade, essas imagens (ou estereótipos ou representações – não vou entrar aqui nessa discussão) oitocentistas eram diferentes das que haviam dominado os discursos ocidentais desde a Antiguidade, pois antes do Romantismo as elites ideológicas insistiam noutras características: a perversidade e a perigosidade das mulheres, as quais configuravam a sua inferioridade moral. Em comum, partilhavam a crença na sua menoridade intelectual e biológica a carecer de permanente vigilância e proteção. É sobre alguns desses estereótipos de género (de corpo, de personalidade e de funções) que este texto se debruçará.

Os discursos constroem ideias fora da realidade concreta, mas também eles se tornam realidade vivida (e não só pensada) porque modelam comportamentos. E estes, por sua vez, podem forçar à mudança das representações mentais. Como se exercem essas relações

dialéticas entre o pensado e o vivido¹ em espaços, tempos e grupos sociais concretos, é investigação muito mais árdua do que esta que se propõe. Os estereótipos partem da convicção de que todas as mulheres se integram numa essência atemporal, decorrente do primado biológico e/ou religioso-moral, que as configura completamente. Não há, portanto, mulheres sujeitos da História, mas o “eterno feminino” determinado por uma ordem cosmológica, imutável, inquestionável. Essência/identidade feminina que tantos de forma inconsciente ainda perfilham, mesmo no meio académico, sendo bem revelador o uso não refletido do singular “a mulher”.

Quando em 1987 apresentei a minha tese de Mestrado *Mulheres, espaço e sociabilidade...*², com o capítulo introdutório «O discurso normativo preexistente», o tema estava pouco explorado, embora não inédito³. Referi-me, //

[p. 28]

então, muito brevemente, a autores dos séculos XVI à primeira metade de Setecentos que opinaram sobre mulheres: Gonçalo Fernandes Trancoso, Dr. João de Barros⁴, Rui Gonçalves, Baltazar Dias, Duarte Nunes de Leão, padre António Vieira, Diogo Paiva de Andrada, Martim Afonso de Miranda, D. Francisco Manuel de Melo, padre Bartolomeu do Quental, Luís de S. Francisco, Cristóvão de Almeida, Matias Aires, frei Lucas de St.^a Catarina, Rafael Bluteau, Félix José da Costa, além da produção feminina (nomeadamente Soror Maria do Céu e Paula da Graça) e, como é óbvio, aos e às que escreveram no período que me ocupava. Passaram 30 anos e este campo de investigação está hoje muito mais trabalhado.

¹ Faço esta distinção apressada apenas por facilidade de linguagem porque o pensamento (espontâneo ou meditado) é tão vivido e tão real como a ação.

² Publicada dois anos depois: Lopes, Maria Antónia, *Mulheres, espaço e sociabilidade. A transformação dos papéis femininos em Portugal à luz de fontes literárias (segunda metade do século XVIII)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989.

³ Remeti então para Ângela Mendes de Almeida, Maria Helena Vilas-Boas e Alvim, C. R. Boxer, Raymond Cantel, Jacinto do Prado Coelho, Maria da Luz Marques da Costa, João Palma Ferreira, Violeta Crespo de Figueiredo, Fernando Taveira da Fonseca, Ester de Lemos, Sebastião Tavares de Pinho, Mendes dos Remédios, Maria José Moutinho Santos, Maria Beatriz Nizza da Silva, Maria Regina Tavares da Silva, Carlos Veloso.

⁴ Costuma ser indicado com o título académico para o distinguir do homónimo contemporâneo autor da *Gramática* e das *Décadas*.

Embora não se insira numa perspetiva feminista nem mesmo na disciplina da História das Mulheres, destaco o livro de Maria de Lurdes Fernandes *Espelhos, Cartas e Guias. Casamento e espiritualidade na Península Ibérica, 1450-1700*⁵, além de várias obras de outros estudiosos que se têm debruçado sobre o pensamento de autores concretos acerca das mulheres ou sobre mulheres escritoras⁶. Possuímos também agora importantes instrumentos de trabalho, entre os quais realço *Um século de periódicos fe-*

[p. 29]

mininos: arrolamento de periódicos entre 1807 e 1926 de Maria Ivone Leal⁷ e *A mulher. Bibliografia portuguesa anotada (1518-1998)* de Maria Regina Tavares da Silva⁸, guia indispensável a precisar de ser continuado com a produção científica que se seguiu. Saliento também as antologias de textos femininos organizadas por Isabel Morujão⁹ e Vanda Anastácio¹⁰, além da produção ensaística destas duas autoras, a primeira especialista na literatura monástica feminina dos séculos XVI-XVIII e a segunda na obra e figura da marquesa de Alorna¹¹.

⁵ Porto, Instituto de Cultura Portuguesa/FLUP, 1995. São também importantes muitos outros seus artigos.

⁶ Conceição Flores, *As Aventuras de Teresa Margarida da Silva e Orta em terras de Brasil e Portugal*, Natal, Opção, 2006; Raquel Bello Vásquez, *Mulheres do século XVIII. A Condessa de Vimeiro*, Lisboa, Ela por Ela, 2006; José Eduardo Franco e Maria Isabel Morán, *O Padre António Vieira e as mulheres. O mito barroco do universo feminino*, Porto, Campo das Letras, 2008; Maria Luísa Malato Borralho, “*Por acaso hum viajante...*”, *A vida e a obra de Catarina de Lencastre, 1ª viscondessa de Balsemão (1749-1824)*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2008; Betina dos Santos Ruiz, *A retórica da mulher em polémicas de folhetos de cordel no século XVIII. Os discursos apologéticos de Paula da Graça, Gertrudes Margarida de Jesus, L.D.P.G. e outros (quase anónimos)*, Porto, tese de Mestrado apresentada à FLUP, 2009; William de Souza Martins, *Representações femininas na obra do padre Manuel Bernardes (1644-1710)* in “Locus: Revista de História”, v. 17, n. 2, 2011, pp. 35-55. Panorâmicas gerais, mas carecendo de boa sustentação ao nível da Historiografia, podem encontrar-se em Teresa Joaquim, *Menina e Moça. A construção social da feminilidade, séculos XVII-XIX*, Lisboa, Fim de Século, 1997 e em Luísa Marinho Antunes, *A malícia das mulheres. Discursos sobre poderes e artes das mulheres na cultura portuguesa e europeia [da Antiguidade ao século XX]*, Lisboa, Esfera do Caos, 2014.

⁷ Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1992.

⁸ Lisboa, Edições Cosmos, 1999.

⁹ *Contributo para uma bibliografia cronológica da literatura monástica feminina portuguesa dos séculos XVII e XVIII (impressos)*, “Lusitania Sacra”, 2ª série, 7, 1995, pp. 253-338.

¹⁰ *Uma antologia improvável. A escrita das mulheres (séculos XVI a XVIII)*, Lisboa, Relógio d'Água, 2013. Não recolhe apenas autoria feminina, incluindo textos de homens que dissertaram sobre as mulheres.

¹¹ Além dos artigos, ver em especial os livros: Vanda Anastácio, *A marquesa de Alorna (1750-1839)*, Lisboa, Prefácio, 2009 e Isabel Morujão, *Por trás das grades. Poesia conventual feminina em Portugal (séculos XVI-XVIII)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2013.

1. MISOGINIA MULTISECULAR NO OCIDENTE EUROPEU

Trace-se rapidamente o pano de fundo em que surgiram os textos portugueses sobre as mulheres¹². O discurso dos teólogos, médicos e juristas caracterizava, desde a Antiguidade, o ser feminino como um ser inferior, preso à *imbecillitas* da sua natureza corrompida. A depreciação crescente das mulheres na cultura ocidental resultou da ação conjunta desses três tipos de intelectuais. Partia-se do mito do pecado original e da expulsão do Paraíso por culpa da primeira mulher, para se concluir que as mulheres (“a mulher”, como se dizia, porque partilhavam todas a mesma essência inata) eram malévolas por natureza, além de responsáveis pelo sofrimento humano. Como se sabe, Agostinho de Hipona (354-430) agravou as consequências desta falta primeva e associou-a ao pecado sexual. Tanto ele como os textos patrísticos que o precederam, demonizaram a sexualida-//

[p. 30]

de, no que seguiram tendências filosóficas gregas, afastando-se aqui da doutrina judaica comum. Assim com facilidade encontramos na Patrística expressões fortemente misóginas. «Mulher, és a porta do diabo. Persuadiste aquele que o diabo não ousava atacar de frente. Foi por tua causa que o filho de Deus teve de morrer; deverias andar sempre vestida de luto e de andrajos», escreve Tertuliano (c.160-c.220). «Adão foi induzido ao pecado por Eva e não Eva por Adão. É justo que aquele que foi induzido ao pecado pela mulher seja recebido por ela como soberano», afirma, por sua vez, Santo Ambrósio (340-397). E podemos ler em São João Crisóstomo (349-407): «em meio a todos os animais selvagens não se encontra nenhum mais nocivo do que a mulher». Quanto a Santo Agostinho, afirma que a alma de homens e de mulheres é igual, mas o corpo destas, contrariamente ao masculino, não reflete a alma, impedindo o exercício da razão e da espiritualidade. A mulher, encerrada no seu corpo animalesco, padece de *imbecillitas*. Assim se arreigou um profundo desprezo pelas

¹² Súmula a partir de (e para quem remeto): Jean Delumeau, *La peur en Occident (XIVe-XVIIIe siècles)*. Une cité assiégée, Paris, Hachette (Poche), 1999 [1978]; Maria Antónia Lopes, *Mulheres, espaço e sociabilidade*, op. cit.; Gisela Bock, *Le donne nelle storia europea*, Roma, Laterza, 2008 [2000]; Scarlett Beauvalet-Boutouyrie, *Les femmes à l'époque moderne (XVe-XVIIIe siècles)*, Paris, Belin, 2003; Merry Wiesner-Hanks, *Women and Gender in Early Modern Europe*, Cambridge, Cambridge University Press, 2015 [2008]; Scarlett Beauvalet-Boutouyrie; Emmanuelle Berthiaud, *Le rose et le bleu. La fabrique du féminin et du masculine*, Paris, Belin, 2016.

mulheres a quem se recusavam as capacidades dos homens. Ora, todos estes padres da Igreja continuaram a ser citados até ao século XX.

Um tipo de raciocínio muito vulgar nas Idades Média e Moderna, verdadeiro malabarismo intelectual que decorria do poder quase mágico que se atribuía às palavras e ao Latim, era o de tomar o signo significante pelo signo significado. Ensinava-se que mulher (MVLIER) era claramente o acrónimo de Maldade/Vaidade/Luxúria/Ira/Fúria (Eríneas)/Ruína. Ou, noutro jogo de palavras, este do oratoriano português Manuel Bernardes (1644-1710): «não sem razão corpus e porcus, e no italiano, como nós, corpo e porco, e no espanhol cuerpo e puerco, no francês corps e porc, se parecem no nome, porque também se parecem na condição, amando por delícias as imundícies»¹³.

Por sua vez, o saber médico da Antiguidade também pontificou durante as Idades Média e Moderna. Assentava essa ciência no pressuposto da existência nos organismo humanos de quatro humores ou fluidos (sangue, fleuma, bílis amarela e bílis negra) e de quatro qualidades (quente, frio, seco e húmido) que influenciavam o corpo e o temperamento. Segundo o pensamento aristotélico e galénico, tudo o que é quente e seco é superior ao que é frio e húmido (a parte débil, doente) porque o calor e a secura fomentavam o uso do espírito, da razão, da força, da criatividade e da honestidade, enquanto o frio e a humidade provocavam a baixeza, o desejo desenfreado, a irracionalidade, etc. Ora, o corpo masculino era considerado quente e seco e o feminino frio e húmido. Além disso, as mulheres eram dominadas pelo útero, órgão com vida própria, um ser vivo dentro delas, embora noutros casos seja descrito como um campo, uma terra.

Quanto à gestação, para Aristóteles (séc. IVa.C.) as mulheres eram //

[p. 31]

apenas incubadoras, sendo o homem o único a reproduzir-se. Como seres distintos e superiores que eram, só podiam gerar homens, mas circunstâncias acidentais verificadas na matriz feminina, em certas ocasiões particularmente frias e húmidas, faziam degenerar o sémen e produziam mulheres. Assim, todas as mulheres são machos mutilados e imperfeitos, o que S. Tomás de Aquino (c.1225-1274) irá repetir: «o pai deve ser amado

¹³ Cit. por William S. Martins, *Representações femininas*, op. cit., p. 49.

mais do que a mãe, por ser ele o princípio ativo da geração, enquanto que ela é o passivo». Por tal razão, quando um casal só gerava filhas, a culpa era da mulher, cujo útero não funcionava como devia e estragava a boa semente. E por isso, também, se compreendia o repúdio dessa esposa, ou, mais tarde, quando a Igreja impôs a indissolubilidade do casamento, a busca de impedimentos que pudessem sustentar uma declaração de nulidade do casamento.

Já Hipócrates (sécs. V-IVa.C.) e depois Galeno (sécs. II-III), porque acreditavam que a mulher é cópia do homem, exatamente com os mesmos órgãos em estado menos perfeito, defendiam a existência de sémen masculino e de sémen feminino, embora este mais fraco, menos importante, mas responsável pelo sexo da criança. Durante a Idade Média, prevaleceram as teorias médicas aristotélicas, mas gradualmente Galeno vai ganhando importância. Harvey (1578-1657) fala de ovos das mulheres, mas outros, como Leeuwenhoek (1632-1723), reafirmam as ideias de Aristóteles porque com o microscópio conseguiram ver os espermatozoides. Os óvulos só serão identificados em 1827.

Sendo, portanto, as mulheres consideradas entes inferiores tanto ao nível fisiológico, como intelectual, espiritual e moral, a lei não podia equipará-las aos homens. Se o direito de base germânica era menos grave para elas, com a crescente influência do Direito Romano acentuam-se na Idade Moderna as incapacidades jurídicas das mulheres, sobretudo casadas, que irão ainda diminuir no século XIX.

Regressemos aos eclesiásticos. O galego frei Álvaro Pais ou Alvarus Pelagius (c1275-1352), que foi bispo de Silves, escreveu em 1330 uma obra importante sobre a situação difícil que a Igreja então vivia: *De statu et planctu Ecclesiae*. Mas dedica-se também a descrever a personalidade feminina e, baseando-se em textos sagrados, atribuiu-lhe 102 vícios. A todas as mulheres, porque são perversões inerentes à sua natureza: lascívia, gula, inveja, maledicência, orgulho, ambição, preguiça, etc. Para Jean Delumeau, esta obra é «le document majeur de l'hostilité cléricale à la femme»¹⁴. Foi reeditada nos séculos XV e XVI.

Com a Reforma Católica do século XVI¹⁵ cresce a importância da evange- //

¹⁴ Jean Delumeau, *La peur en Occident*, op. cit., p. 415.

¹⁵ Porque não interessa à situação portuguesa, não refiro as alterações produzidas pela reforma protestante, mas sempre direi que, entre ganhos e perdas, as imagens e vivências concretas das mulheres protestantes não melhoraram mais do que as das católicas.

lização dos povos, com recurso à catequese, sermonária, cânticos, iconografia, prática dos sacramentos. Referindo-me apenas à confissão e à difusão dos manuais de confessores, destaquem-se as *Instruções aos confessores* de S. Carlos Borromeu (1538-1584), que a Igreja reeditou ao longo da Idade Moderna e que transmitia «la peur panique de la femme et le dogme de sa foncière infériorité»¹⁶. Na verdade, era o pânico de sucumbir à sedução. A exaltada e inflexível piedade barroca cultivou o horror da carne, do prazer, e o ideal de vida como Calvário para se obter a salvação. A crença na imundície intrínseca da carne, provocavam repugnância pelo corpo impondo a mortificação. E, é claro, implicava que os homens se afastassem das mulheres, que acima de tudo eram corpos, e nelas próprias a interiorização da culpa e o sentimento de nada valer.

Todavia, desde os finais da Idade Média que se percebera que o recurso à depreciação e insultos permanentes pouco poderiam contribuir para levar as mulheres a ser boas cristãs. E assim surgem textos sobre as qualidades que também elas possuem ou podem desenvolver e que, de imediato, suscitam argumentos contrários. Nasce, para durar séculos, a chamada *querelle des femmes* que é, na verdade, uma *querelle des sexes* e inclui uma *querelle du mariage* e que foi muito mais do que uma simples querela literária¹⁷. Uma “polémica perenne”, como lhe chama Mónica Bolufer, porque no século XVIII continuava acesa e parecia ser, para muitos coevos, uma preocupação central do seu tempo¹⁸. Na verdade, reacendeu-se, como sucedera também no Renascimento. E não por acaso: é que nessas épocas fecundas em transformações e acréscimo de dignidade da pessoa humana, as mulheres não foram, em geral, contempladas. Por isso o título do clássico texto de Joan Kelly-Gadol, “Did Women Have a Renaissance?” (1977). Não tiveram, pelo menos em muitos aspetos, como não foram abrangidas por muitas conquistas do Iluminismo nem pelos direitos de cidadania conferidos pelas revoluções liberais. Por isso, a periodização tradicional da Historiografia pouco respeita à situação real das mulheres. Nessas épocas de

¹⁶ Jean Delumeau, *La peur en Occident*, op. cit., p. 423.

¹⁷ Cf. Gisele Bock, *Le donne nelle storia europea*, op. cit., pp. 7-50.

¹⁸ Bolufer, Mónica, *Mujeres e Ilustración. La construcción de la feminidad en la España del siglo XVIII*, Valencia, Institució Alfons el Magnànim/Diputació de València, 1998, p. 11

avanços civilizacionais para os homens (na verdade, apenas para alguns segmentos minoritários), o que sucedeu às mulheres dos grupos sociais que deles participaram e beneficiaram, foi que o fosso aumentou entre elas e o outro sexo. Por essa razão fundamental e porque o ambiente era propício aos questionamentos, nesses períodos de mudança de para- //

[p. 33]

digmas o debate sobre a posição relativa entre os sexos e as suas auto e hetero-representações explode.

2. ESTEREÓTIPOS FEMININOS PORTUGUESES (SÉCS. XVI-XVII)

É num desses contextos de *querelle des femmes* que se insere o folheto quinhentista português *A malícia das mulheres*, de Baltazar Dias (?-c.1540), reeditado até ao século XIX e que reproduz todas essas imagens femininas negativas muito divulgadas. É também nele que se explica e compreende a publicação de outros livros como o pioneiro *Espelho de casados* (1540) do Dr. João de Barros (?-depois de 1553) que, ao fazer a apologia do casamento, apresenta uma visão muito favorável das mulheres, e os também pioneiros *Privilégios e prerrogativas do género feminino* (1557) de Rui Gonçalves (?-c.1557) e, num outro ambiente de querela posterior, a *Bondade das mulheres vendicada e malícia dos homens manifesta* (1715) de Paula da Graça (?-1730?)¹⁹, todos claramente filóginos, tal como o são Félix José da Costa (1701-pós1760) na sua *Ostentação pelo grande talento das damas contra seus émulos*, de 1741, onde defende a superioridade intelectual feminina, assim como o faz Gertrudes Margarida de Jesus (?-1761?) nas suas primeira e segunda *Carta apologética em favor e defesa das mulheres* (1761).

Sublinho duas constantes nestes textos de orientação filógina: Nenhum questiona a subordinação das mulheres casadas, imposta pela Natureza e por Deus. E ao longo dos quatro séculos aqui em apreço poucos conseguiram perspetivar os dois sexos como idênticos. Seres radicalmente distintos, logo seres hierarquizados pela diferença. A questão

¹⁹ Inserida no projeto “Obras pioneiras da cultura portuguesa”, preparo neste momento a edição comentada dessas obras do Dr. João de Barros, Rui Gonçalves e Paula da Graça.

de sexo superior/inferior era tópico em que inevitavelmente caíam homens e mulheres quando se debruçavam sobre o tema. Paula da Graça, que não reconhece superioridade evidente em nenhum dos sexos, constitui uma das poucas exceções. Mas voltemos aos estereótipos.

Intrinsecamente má, a mulher representava um perigo para os homens, continuava a ensinar-se no século XVII. Dizia o padre António Vieira (1608-1697) que «mulher e fazenda são as duas cousas que mais apartam do Céu e os dous laços do Demónio, em que mais almas se prendem e se perdem»²⁰. Considerava-a ambiciosa, vaidosa e sensual e por isso fonte de perdição. A mulher é tagarela, maldizente e lasciva, é interesseira e propensa ao capricho e mau gosto, frequentemente «preguiçosa, golosa, andeja, muito faladeira», como caracterizara Gonçalo Fernandes Tranco//

[p. 34]

so (c1520-1596) uma rapariga cujos defeitos conduziram à morte²¹. Do mesmo sentir é Martim Afonso de Miranda (1^a ½ século XVII), para quem «a mulher é gastadora, irresponsável, vaidosa e amiga do luxo», «facilmente corrompida pela ociosidade» e pelo uso de vestes desonestas «com graves perigos para a sua honra, pois arrasta os homens ao grave pecado da concupiscência». Diogo Paiva de Andrada (1576-1660) acusa-a de «irresponsabilidade, liberalidade, vaidade, ociosidade, amor ao luxo e desejo de ver e ser vista»²² e o padre Manuel Bernardes (1644-1710) reproduz na *Nova Floresta* este impressionante (e perturbador) repositório:

O que é a mulher?/ Naufrágio em terra/ Fonte do mal/ Tesouro de impureza de malícia/ Companhia mortífera/ Ruína dos olhos/ Morte das almas/ Flecha no coração/ Perdição dos jovens/ Cetro do inferno/ Mestra da concupiscência/ Causa diaboli/ Repouso da serpente/ Consolo do diabo/ Dor inconsolável/ Caminho de fogo/ Malícia incurável/ Ofensa dos que se salvam./ Amor vergonhoso/ Besta impudente/ Ímpeto

²⁰ Cit. por Raymond Cantel, *La place de la femme dans la pensée de Vieira*, “Caravelle. Cahiers du monde hispanique et luso-brésilien” 4, 1965, p. 38. Sobre o pensamento de Vieira, ver José Eduardo Franco e Maria Isabel Morán, *O Padre António Vieira e as mulheres*, op. cit.

²¹ *Contos & histórias de proveito & exemplo*, edição fac-similada da impressão de 1575, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1982, fl. 2. A obra foi muito apreciada, com sete edições no século XVII e cinco no XVIII.

²² Carlos Veloso, *Imagem e condição da mulher na obra de autores portugueses da 1^a metade do século XVII* in “A mulher na sociedade portuguesa. Visão histórica e perspectivas actuais, vol. II, Coimbra, Instituto de História Económica e Social da FLUC, 1986, pp. 261-262.

sumamente imoderado/ Violadora dos mais sublimes segredos/ Triunfo das trevas/
Inspiradora de crimes/ Mestra do prazer/ Conselheira do suplício eterno/ Prudência
terrena/ Cegueira do homem/ Pugna voluntária/ Calamidade quotidiana/ Naufrágio do
homem/ Arma do diabo/ Entretenimento diurno/ Hospedagem dos lascivos/ Serpente
vestida/ Tempestade doméstica/ Monstro selvagem/ Albergue de adúlteros/ Loucura
desejada/ Morte adornada/ Escola de demónios²³.

Para superarem a animalidade e perversidade naturais, vivendo na sua inferioridade e sujeição, as mulheres tinham um único caminho: seguir o modelo da Virgem Maria. Assim, a mulher ideal devia ser assexuada, passiva, recolhida, silenciosa, obediente, conformada, trabalhadora e modesta. Quando em Portugal dos séculos XVII e XVIII se enalteciam as mulheres, os vocábulos utilizados eram gravidade, sisudeza, modéstia e recato. Mas entre todos os atributos o que conferia maior estima social era a virgindade. As outras virtudes eram subsidiárias dessa. A clausura, a segregação, foi a via incansavelmente proposta por todos os que se dedicaram a preceituar modos de vida às mulheres.

«O edifício não se move do lugar onde o puseram e assim deve ser //

[p. 35]

a mulher, tão amiga de estar em casa, como se a casa e a mulher foram a mesma cousa», sentenciava o padre António Vieira²⁴. Duarte Nunes de Leão (c.1530-1608), Martim Afonso de Miranda, D. Francisco Manuel de Melo (1608-1666) e tantos outros, todos exaltam as virtudes da clausura e advogam que mesmo dentro de sua casa a mulher se retire para compartimentos mais discretos quando de visitas.

Mas também se insistia no discernimento, no saber pensar, dizer e estar, a “discrição”. Claro que a sabedoria era saber estar, pensar e dizer como mulher, na obediência, modéstia, paciência, devoção a Deus e ao marido que o representa na Terra, isto é, na interiorização da sua inferioridade, mesmo que cultivadas nas Letras e nas Artes, como já o eram, de facto, as mulheres da realeza e meios cortesãos portugueses dos séculos XV e XVI. Contudo, essa cultura era instrumentalizada para melhor servirem a Deus na função que lhes atribuíra.

²³ Original em latim citado em tradução por William de Souza Martins, *Representações femininas*, op. cit., pp. 36-37.

²⁴ Cit. por Raymond Cantel, *La place de la femme dans la pensée de Vieira*, op. cit., p. 31

Duarte Nunes de Leão, e é apenas um exemplo, depois de enaltecer as damas portuguesas pela sua honestidade e recolhimento (lugar comum ao tempo) e pelo «grande animo que sempre mostraõ em cousas de sua honra & no governo de suas pessoas & familias» (na tradição bíblica da mulher forte), elogia-as também pela «subtileza dos engenhos para as letras e outras artes»²⁵. O severo padre António Vieira na oração fúnebre a D. Maria de Ataíde, em 1649, utilizando um artifício retórico, diz que há três queixosas com este falecimento: a Idade (D. Maria tinha 24 anos), a Gentileza e a Discrição²⁶.

Em 1666, Luís de S. Francisco [?-1696] louva a rainha D. Luísa de Gusmão: «muyto perfeyta, sabia, discreta, e valerosa», embora acrescenta que muitas vezes pedia a opinião dos ministros «advertindo-os por algumas vezes, que ella por ser mulher o não entendia»²⁷. E Cristóvão de Almeida (1620-1679), dois anos depois, elogia D. Inácia da Silva em termos equivalentes: «Era flor na discrição, era flor na formosura, era flor na nobreza e era flor na virtude», mas acrescenta a sua explicação: era «huma alma de hum varão, que informava o corpo de huma mulher»²⁸. //

[p. 36]

Em 1724 a *Gazeta de Lisboa* noticia a morte de D. Isabel de Castro, condessa de Assumar, descrevendo-a como «dotada de todas as virtudes, que podem constituir huma Matrona, com grande noticia das sciencias, artes e línguas»²⁹. Apesar desta pequena incursão no domínio da “intelectualidade” as grandes virtudes propostas continuavam a ser as que estavam há séculos cristalizadas: modéstia, obediência, recolhimento... Em pleno século XVIII (1745) escrevia ainda o frade castelhano Casimiro Díaz: «a mulher é o mais monstruoso animal de toda a Criação»³⁰.

²⁵ *Descripção do reino de Portugal*, Lisboa, Simão Thaddeo Ferreira, 1785, pp. 336 e 353 (1ª ed.: 1610).

²⁶ *Oração fúnebre que disse [...] no anno de 1649. Nas exequias da senhora D. Maria de Ataíde, filha dos condes de Atouguia, dama do Palacio*, Lisboa, Domingos Lopes Rosa, 1650, pp. 7- 8.

²⁷ *Sermão nas exequias da serenissima rainha de Portugal D. Luiza Francisca de Gusman celebradas na Se de Leiria no anno de 1666 [...]*, Lisboa, Joam da Costa, 1667, pp. 8-9.

²⁸ *Oraçam fúnebre nas exequias da senhora D. Ignacia da Sylva [...]* no anno de 1667, Lisboa, Joam da Costa, 1668, pp. 6-7.

²⁹ *Gazeta de Lisboa*, nº 4, 27 de Janeiro de 1724, p. 31.

³⁰ Cit. por C. R. Boxer, *A mulher na expansão ultramarina ibérica*, 1415-1815, Lisboa, Livros Horizonte, 1977, p. 121.

3. NOVAS PRÁTICAS E NOVAS E VELHAS IMAGENS NO SÉCULO XVIII

3.1. SOCIABILIDADES DE SALÃO

Embora as representações da mulher permanecessem em grande parte as tradicionais, verifica-se em Portugal setecentista uma transformação profunda ao nível dos costumes das classes média e alta.

Na primeira metade da centúria, a generalidade das mulheres portuguesas da nobreza e burguesia vivia enclausurada e segregada de convívio e divertimentos, mas a partir de 1750, e sobretudo de 1770, a situação modificou-se. Mulheres e homens desses grupos sociais começaram a frequentar e a abrir as suas casas às “assembleias” (também conhecidas como “funções” ou “partidas”), conquistando assim o direito à sociabilidade entre si. De espaço feminino de clausura, recato, silêncio e trabalho, muitos lares transformaram-se em lugares de convívio e de manifestações culturais e festivas, onde se socializava em conversações, jogos, bailes, saraus poéticos, teatrais e musicais³¹. Era a estas reuniões lúdicas, conhecidas mais tarde por salões, que em Portugal do século XVIII se chamava assembleias.

Como seria de esperar, o convívio aberto dos dois sexos escandalizava muitos espíritos, que profetizavam a total perdição das mulheres. A escrita satírica (em boa parte em folhetos volantes) encontrou aí um grande //

[p. 37]

filão. Se muitos autores e impressores podiam ser motivados apenas pela oportunidade de negócio, uma vez que esses textos tinham público garantido, outros sentiriam genuína indignação. E como é típico da sátira de costumes, que mais não é do que polícia de costumes, exageravam-se as condutas que se criticavam e a sua difusão social. Frise-se que

³¹ Cf. Maria Antónia Lopes, *Mulheres, espaço e sociabilidade*, op. cit.; Maria Alexandre Lousada, *Sociabilidades mundanas em Lisboa. Partidas e assembleias, c. 1760-1834* in “Penélope”, nº 19-20, 1998, pp. 129-160; Maria Alexandre Lousada, *Novas formas: vida privada, sociabilidades culturais e emergência do espaço público* in “História da vida privada em Portugal. A Idade Moderna”, dir. José Mattoso, coord. Nuno Gonçalo Monteiro, Lisboa, Círculo de Leitores, 2010, pp. 424-456; Maria Antónia Lopes, *Sociabilidades de salão no Porto setecentista na obra do Abade de Jazente* in “Touros, Tragédias, Bailes e Comédias - Espectáculos e divertimentos em Portugal no século XVIII”, página *online* do Centro de Estudos de Teatro da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, <http://www.tmp.letras.ulisboa.pt/cet-publicacoes/cet-edicoes-online/cet-actas>, 2016, pp. 102-111.

persistiram sempre os tipos de mulheres e homens cujas vidas decorriam segundo os parâmetros de inícios do século. É impossível um cálculo da proporção entre os dois modelos antagônicos, até porque os tipos híbridos deviam abundar.

Claro que a educação feminina mudou. Não como fruto de um projeto pedagógico, nem sequer da abertura de colégios para raparigas, que não houve, mas consequência da nova sociabilidade urbana a exigir mulheres prendadas que soubessem conversar e agradar. A nova educação feminina, que visava objetivos precisos e diferentes dos propostos pelos pensadores pedagógicos de então, constava de matérias destinadas à aplicação imediata na vida social e mundana: música, dança, literatura, línguas vivas. Mesmo a baixa burguesia adotava o novo estilo. A comédia *Loucuras da moda* de José Soares de Avelar³² é uma violenta condenação do novo tipo de educação dado às raparigas. A “moderna” aprende a tocar, cantar e dançar, convive aberta e intimamente com os mestres que a arrastam à perdição. Contraposta era a rapariga modelar: grave, modesta, sem vontade própria, passando os dias em casa a costurar e a ler (livros devotos, por certo) sem que mestre algum fosse admitido em sua casa. Estes dois tipos de raparigas serão incansavelmente confrontados. Mas, ao que parece, a mulher moderna era cada vez mais apreciada, como agastadamente denunciam os papéis volantes.

Estas mulheres abriram um período de tensão no relacionamento do discurso normativo, que as enquadrava, com as práticas sociais que passaram a adotar. Representando-se a si próprias como seres sociáveis – para quem o entretenimento, a alegria de viver, o domínio de dotes culturais e artísticos, a convivência com mulheres e homens e a recusa da estrita submissão ao marido se assumiram como formas de realização pessoal –, impuseram ao outro sexo a reformulação das suas representações sobre a mulher, sobre si próprio e sobre o relacionamento dos sexos ou obrigaram-no a contestar os papéis que a mulher se atribuía a si e ao homem. Na verdade, o protótipo ideal manteve-se, mas as atitudes, as reações espontâneas mudaram, apresentando-se, em muitos aspetos, em contradição com os valores que ainda se sustentavam. E, por isso, o discurso normativo atuou em força. Havia que lembrar os valores sempre celebrados, havia que mostrar a contradição das atuações.

³² *Loucuras da moda: comedia composta por Luiz Alvares, e Azeredo em Lisboa no anno de 1774*, Lisboa, Simão Thaddeo Ferreira, 1783.

A chamada literatura de cordel desempenhou nesta resistência um //

[p. 38]

papel importante pelo vasto público que atingia. O riso, a exploração do ridículo, da caricatura, foram utilizados profusamente. Tome-se como exemplo *A mulher reformada e o marido satisfeito. Obra alegre, moral e recreativa*³³. Condena-se à mulher estar à janela, usar toucados e roupas vistosas e francesas, frequentar assembleias, dançar, ir à rua com frequência, encontrar-se com as amigas (mulheres reunidas que falam de modas e criticam os maridos, pais e vizinhos). A mulher deve viver recatada, gastar pouco e obedecer cegamente ao marido que tem por obrigação educá-la. As assembleias são o cavalo de batalha e os maridos sensatos devem recusar abrir a sua casa a tais desordens. A insistência dos papéis volantes nos defeitos das mulheres, na condenação do traje e do convívio social ou na obrigatória submissão das esposas revelam simultaneamente um público ávido por trocar dos novos hábitos e a existência destes. *A Malícia das mulheres* do quinhentista Baltasar Dias foi significativamente reeditada até ao século XIX.

Também em outros registos literários se insiste na valorização da tradicional vivência feminina. Umas *Regras para a educação cristã de meninos* vindas a lume em 1783 não seriam anacrónicas nos séculos XVI e XVII, como não o eram também neste sincrético século XVIII. Ao referir-se às raparigas, começava

por salientar a condição inferior do seu sexo por estar a mulher directamente ligada ao pecado. [...] O trabalho doméstico, afastando-a das tentações, era o que convinha ao seu sexo. As companhias eram escolhidas pela mãe que não devia deixá-la ler romances, comédias, poesias [...]. A dança não era aconselhável porque era “um laço do demónio” e a música e os concertos tinham igualmente maus efeitos para as jovens – as árias profanas “excitam as paixões, servem de isca à sensualidade”. A simplicidade do vestir, o desprezo da beleza e horas certas para deitar e levantar eram outras regras a atender³⁴.

O pensamento da Igreja sobre a sociabilidade pode ser ilustrado com as palavras de frei António de S. Francisco de Paula Cartaxo (17?-18?) e de frei José de S. Cirilo Carneiro (17?-1837). Diz o primeiro, em 1783, que

³³ Lisboa, Antonio Rodrigues Galhardo, 1785.

³⁴ Teresa Bernardino, *Sociedade e atitudes mentais em Portugal (1777-1810)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986, pp. 110-111.

as Escrituras santas, o Evangelho, os Oraculos do Salvador e os exemplos dos Santos são humas regras infalliveis porque se devem regular as nossas acções. Ellas reprovaõ os gostos, os deleites, e os divertimentos mundanos. [...] Vejaõ, que fruto para a Alma, ou que proveito para a vida se tira dessas assembléas profanas, em que se passa muita parte da noite com huns taes, ou quaes divertimentos, talvez improprios para o sexo, //

[p. 39]

repugnantes á modestia, opostos aos bons costumes, e contrarios á Salvaçãõ³⁵.

Frei José de S. Cirilo Carneiro continua em 1811 a exprimir e transmitir a antiquíssima repugnância pelo corpo feminino, fonte de pecado. Provocando «com o vestido de barriga lisa, que os homens nellas veção, ou encarem o que a ellas mesmas ordinariamente não he licito», as mulheres andam em pecado mortal, concluindo que se deve recusar a absolvição e a comunhão às que praticam essa moda. Que agora as mulheres pretendam frequentar locais públicos, incluindo as igrejas, sem um modesto lenço que lhes cubra a cabeça, é para frei José motivo de grande indignação. A cabeça descoberta tem um profundo e arreigado simbolismo, que o frade compreendia muito bem: «a cabeça nua, descoberta e livre he signal de ter poder e dominio, o que só compete ao homem»³⁶.

Mas, como se disse, os tempos eram sincréticos há décadas. Um caso flagrante é o do dramaturgo Manuel de Figueiredo (1725-1801). Tal como a sociedade portuguesa da sua época, em relação às mulheres oscilava entre o mais puro tradicionalismo e a modernidade, entre o catolicismo rigoroso e o espírito das Luzes e se por vezes o vemos revoltar-se com a situação de dependência feminina, vemo-lo, por outras, defender o *status quo ante*. O que não se pode negar a Manuel de Figueiredo é um real interesse que a situação das mulheres lhe desperta, o que é comum à sua época. Consciente da posição desfavorecida das suas compatriotas, frequentemente as lamenta, mas não deixa seguir os raciocínios até às últimas consequências. O teatro de Manuel de Figueiredo revela-nos um discurso já transformado, mas pela sua quase nula projecção não exerceu influência, apesar ter sido o autor setecentista que mais peças de teatro escreveu em Portugal. Os finais do século XVIII são, pois, um

³⁵ *Discurso moraes, e evangelicos sobre vicios, e virtudes* [...], Lisboa, Francisco Luiz Ameno, 1783, 364-366.

³⁶ *Carta e resposta sobre o odio dos inimigos franceses e sobre o ornato das mulheres*, Lisboa, Impressão Regia, 1811. Citações das pp. 136 e 170.

tempo de ambiguidades, ambivalências, contradições, um avançar que não avança. As mulheres não conseguiriam alterar substancialmente a sua condição enquanto não demolissem a armação mental em que ainda viviam, em que elas próprias se reviam.

3.2. A MÃE EXEMPLAR

Os Iluministas, que proclamaram o direito à felicidade na terra, à igualdade e à liberdade, reafirmaram, na sua larga maioria, os papéis sociais “naturais” dos dois sexos, consignando as mulheres à família com subordinação aos maridos – embora várias mulheres os contestassem, como fez Mary Astell (1666-1731), que argumenta contra John Locke (1632-1704) //

[p. 40]

e denuncia em 1700: «If all Men are born free, how is it that all Women are born slaves?» (*Some Reflections upon Marriage*); ou, no final do século, Olympe de Gouges (1748-1793) com a sua *Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne* (1791), entre outros textos de cariz político; ou ainda Mary Wollstonecraft (1759-1797), admiradora da teoria política de Rousseau (1712-1778), mas cáustica quanto à sua visão da família e das mulheres. É que para este pensador as mulheres nascem e vivem para agradar e obedecer aos homens e para ser mães, constituindo ambos, marido e filhos, a sua vocação natural, a sua razão de ser e o seu sacerdócio. Com a ampla difusão de *L'Émile* logo após a publicação em 1762, cresce a apologia da função materna idealizada.

Recuemos no tempo, regressando a Portugal. Nos tratados do século XVII dedicados ao casamento, onde exaustivamente se definem os comportamentos e regras a adotar pelas mulheres casadas, a função materna é apenas a florada, incidindo toda a sua atenção nas relações marido-mulher e no papel económico da esposa que administra a casa. Ser mãe no século XVII implicava o dever de procriar, assegurar a vida, a ordem, o respeito, o *status* e a honra familiar. No século XVIII, mantendo-se essas exigências, acentua-se o imperativo da educação. A educação doméstica é encarada com um interesse cada vez maior, o que conduz à valorização do papel educador dos pais. A mãe ideal será cada vez mais expressamente a boa educadora. A apologia das vantagens de uma certa instrução

ministrada às mulheres, tal como Luís António Vernei (1713-1792) e António Ribeiro Sanches (1699-1782) a expõem, tem por objetivo formar mães de família exímias no desempenho de três papéis: esposa, gestora e educadora. Em 1746 Vernei justifica com as razões seguintes a necessidade da educação feminina: «são as nossas mestras nos primeiros anos de vida», «governan a casa e a direcção do económico fica na esfera da sua jurisdição», «o estudo pode formar os costumes» e «uma mulher de juízo exercitado saberá adoçar o ânimo agreste de um marido áspero e ignorante, ou saberá entreter melhor a disposição de ânimo de um marido erudito»³⁷. Por sua vez, Ribeiro Sanches esclarece em 1760: «Achei que tratar da educação que devião ter meninas Nobres e Fidalgas merecia a mayor atenção porque por ultimo vem a ser os primeyros Mestres de seos filhos, irmaõns e maridos»³⁸. Quanto às manifestações maternas de amor e ternura, se são já louváveis, não deixam de permanecer em segundo plano, consideradas mais como um acréscimo, o meio eficaz para atingir um fim. //

[p. 41]

4. MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS NO SÉCULO XIX

No século XIX há uma grande transformação neste campo. Na esteira de Rousseau, de toda uma literatura romântica e da difusão dos modelos moral e familiar burgueses, impõe-se o estereótipo da mulher naturalmente abnegada e sofredora, com aspiração instintiva para a maternidade, que é a sua realização suprema. Depois, Freud e os seus seguidores – não conseguindo ultrapassar os preconceitos e convenções no que se refere às mulheres – acentuam esse essencialismo vocacional, remetendo a voluntária não-mãe para o domínio do patológico, além de a culpabilizarem com a interpretação de quase todos os problemas psíquicos dos adultos como consequência de erros da educação materna.

Todavia, se muito mudou no século XIX, muito também permaneceu. Invoco apenas três vultos bem conhecidos da cultura portuguesa oitocentista: Almeida Garrett (1799-

³⁷ *Verdadeiro método de estudar*, vol. v, Lisboa, Sá da Costa, 1952, pp. 125-126.

³⁸ *Cartas sobre a educação da mocidade*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1922, p. 193.

1854), Ramalho Ortigão (1836-1915) e Oliveira Martins (1845-1894)³⁹. Um bom exemplo da transformação do discurso ao nível da argumentação e da mudança do modelo feminino proposto, mantendo inalterável o objetivo final e grande parte dos pressupostos, podemos encontrá-lo em *Da educação*, de Garrett. Eis, perfeitamente enunciado, logo em 1829, o novo estereótipo feminino:

Não ha certamente para o bello-sexo outra moral differente da nossa; deu-lhe a natureza os mesmos direitos, impoz-lhe as mesmas obrigações: o que fez a natureza, não alterou a religião; e o que a religião e a natureza estabeleceram, nem a sociedade civil tinha jus de mudar, nem actualmente e de facto a alterou. Mas para o exercicio dos mesmo direitos, para o cumprimento das mesmas obrigações, a natureza deu á mulher meios differentes dos que deu ao homem. A fôrça que Deus poz no braço do homem, está nos labios e nos olhos da mulher. A fortaleza e a decisão são o vigor do character masculino; a generosa resignação, a gentil deferencia, a constancia no sofrimento e nas privações, são o vigor, não menos poderoso e efficaz, da indole feminina.

As mulheres são, pois, seres abnegados que vivem para a felicidade dos seus, preparando as filhas para essa função redentora, numa inalterável e //

[p. 42]

perpétua sucessão de gerações femininas. A natureza da mulher mudara. Agora caracterizava-se pela “generosa resignação”, “gentil deferência”, “constância no sofrimento” e não pela perversidade e predisposição para conduzir o homem à perdição eterna. Mulher-anjo, espécime que a chamada família burguesa irá cultivar e propagandear entre as classes desfavorecidas, que precisavam de ser ensinadas e moralizadas – o que se fará com notável persistência e longevidade (de notar o combate inglório) e de que são modelares as organizações femininas dos regimes ditatoriais do século XX⁴⁰. O *cliché* da

³⁹ Por carência de espaço, sobre o século XIX limito-me a esta incursão. Remeto para Joel Serrão, *Notas sobre a situação da mulher portuguesa oitocentista* in “A mulher na sociedade portuguesa. Visão histórica e perspectivas actuais, vol. II, Coimbra, Instituto de História Económica e Social da FLUC, 1986, pp. 325-352; Irene Vaquinhas, “*Senhoras e mulheres*” na sociedade portuguesa do século XIX, Lisboa, Colibri, 2000; Irene Vaquinhas, *As mulheres no mundo contemporâneo*, Coimbra, Faculdade de Letras, 2005; Ana Maria Costa Lopes, *Imagens da mulher na imprensa feminina de oitocentos. Percursos de modernidade*, [Lisboa], Quimera, 2005; Elen Biguelini, “*Tenho escrevinhado muito*”. *Mulheres que escreveram em Portugal (1800-1850)*, Coimbra, tese de doutoramento apresentada à Universidade de Coimbra, 2016.

⁴⁰ Para o caso português ver Irene Flunser Pimentel, *Mocidade Portuguesa Feminina*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2007; Irene Flunser Pimentel, *A cada um o seu lugar. A política feminina no Estado Novo*, [Lisboa],

força feminina na doçura e na abnegação irá impor-se de tal forma que ainda hoje é comum e é nele que se pensa quando se evoca a figura de “a mãe” e quando se referem os estereótipos femininos “do passado”, um passado vago que não se localiza.

Não reconhecendo ou não admitindo publicamente incapacidades intelectuais nas mulheres, Garrett baseia o seu repúdio da mulher erudita, autora ou estadista na vocação natural da maternidade. A mulher deve ser confinada ao lar e à dependência do homem porque nasceu para ser mãe. Apela, pois, à natureza. O autor, homem inteligente e culto e filho de outra época, não caía na grosseria de lhe negar capacidades nem de a invetivar brutalmente à obediência: não se deve dizer que a mulher tem de servir o homem, afirma, porque «nem é galante, nem polido nem justo», mas sim «que a mulher deve estar em certa sujeição ao homem». Tal sujeição não decorre da superioridade física masculina, pois também não é esse princípio que rege a supremacia dos homens entre si,

mas porque a sociedade, para a qual nos creou a natureza e fôra da qual não podêmos viver, exige uma actividade e quantidade de serviços com que a mulher não póde porque essencialmente foi moldada pela natureza para mãe. Tira a circunstância da gravidação, e todas as outras conseqüências que acompanham a maternidade, e a mulher fica perfeitamente igual ao homem. Quanto mais perfeito é o estado da civilização, tanto é mais sensível e marcada ésta unica differença moral dos sexos.

O que não deixa de ser paradoxal é considerar que quanto mais evoluída é uma sociedade mais natural ela é. Garrett refere-se às sociedades selvagens afirmando não se distinguem aí as funções dos homens e das mulheres, classificando-as por essa característica como antinaturais. E o mesmo sucede nas sociedades em «estado de decadencia», de que são exemplos o final do império romano, Constantinopla dos Paleólogos e a França revolucionária, «em que a civilização degenerou já em dissolução e //

[p. 43]

se corrompeu [... com] a mulher abandonando a domesticidade e o recato». Então, «deixa de ser mãe, para que a natureza a formou; é erudita, é auctora, é estadista é tudo menos *mulher*»⁴¹.

Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2011; Irene Flunser Pimentel e Helena Pereira de Melo, *Mulheres portuguesas* [sécs. XIX e XX], Lisboa, Clube do Autor, 2015.

⁴¹ Citações das pp. 204, 206, 207, 208 da 2ª ed. (Porto, Viuva Moré, 1867).

Avancemos algumas décadas e leiam-se *As Farpas* de Ramalho Ortigão, autor que com tanta frequência caracteriza e normatiza o comportamento das mulheres. Para ele as mulheres são esposas e mães. Nada mais. Escreve ele em 1873, ao insurgir-se com a recatolização que se verificava no Porto: «Desviar, sob qualquer pretexto que seja, a atenção da mulher dos interesses da família é cometer para com a moral um sacrilégio. A casa conjugal também é um templo e a maternidade uma religião»⁴². Quando as raparigas começam a fazer o liceu, Ramalho explode (1877): «Levar a exame! Só a palavra é um ultraje da dignidade feminil!»⁴³. Defende que o Estado devia proibir todos os exames de instrução primária e secundária às pessoas menores ou não emancipadas do sexo feminino. A instrução que se dá às raparigas corrompe-as. As línguas não ensinam nada, são apenas meios. A educação elementar deve assentar em: 1) Curso de asseio e de arranjo; 2) Curso de cozinha; 3) Contabilidade, escrituração e economia doméstica. Noutra *farpa* de 1878 enaltece as mulheres da sua infância que nunca leram Proudhon ou Taine. E afirma: «a mais nobre missão da mulher é, como diz Michelet, a de alimentar o homem»⁴⁴.

Mas as mulheres são débeis, insistiam outros. Falava-se cada vez mais de histeria como doença provocada pelo útero (*hystera*), da fragilidade nervosa inerente à condição feminina, o que fazia das mulheres seres emocionalmente instáveis. E sustentava-se agora a asserção da sua inteligência inferior com o argumento científico do tamanho do cérebro. Grandes intelectuais portugueses subscreviam a definição de Michelet (1798-1874), segundo a qual a mulher é uma doente. Escreve Oliveira Martins na década de 1880 que a mulher precisa sucessivamente do pai, do marido e do filho, pois eles são os médicos que cuidam da sua «doença constitucional». As mulheres, declara, são «seres impressionáveis, doentios, mais ou menos histéricos»; «por sobre enferma, a mulher é débil, no corpo, no espírito». //

⁴² *As Farpas II. As Epístolas*, Lisboa, Clássica Editora, 1988, p. 92. Neste século XIX houve opiniões masculinas distintas. O mais arrojado foi José Joaquim Lopes Praça (1844-1920), professor de Direito com obra importante nessa área, que no ano anterior a esta *farpa* da Ramalho publicara o livro *A mulher e a vida, ou a mulher considerada debaixo dos principaes aspectos*, reivindicando direitos para as mulheres, incluindo a educação liceal, o exercício de profissões industriais e de direitos políticos.

⁴³ *As Farpas VIII. Os nossos filhos; Instrução Pública*, Lisboa, Clássica Editora, 1992, p. 123

⁴⁴ *Idem*, p. 187.

E invetiva-as: Mulher, «és enferma por condição, és histérica»⁴⁵. Oliveira Martins não seguia os preceitos de civilidade e boa-educação cultivados por Almeida Garrett.

No ocaso do século XIX, os insultos tinham mudado, mas continuavam insultos. A vontade de dominar permanecia explícita, consagrada na lei e socialmente aceite. O casamento representava para a mulher a mudança de tutela e para o marido a sua aquisição, o *poder marital* que obrigava ao respeito e obediência por parte da esposa, a *reverência marital*. A mulher casada era sempre uma menor. Mas esta passara a ser enaltecida tanto na função de esposa abnegada como na de mãe não menos imolada, sempre boa, sempre santa. E, garantiam-lhe, seria feliz nessa missão, ou melhor, só cumprindo-se nessa missão seria feliz. Quanto aos vícios e desvios, se no Barroco a mulher era encarada como a aliada do demónio que era necessário confinar, controlar, disciplinar nos seus atos e pensamentos, preservando os homens da sua influência maligna, no século XIX, quando a autoridade dos médicos se sobrepõe à dos teólogos, a mulher é cada vez mais a doente, a histérica, o ser frágil dominado pelo irracional que necessita do homem tutelar. De malévola passara a pueril. Ao medo sucedera a condescendência. Na verdade, as mulheres não eram consideradas menos perigosas e ameaçadoras à ordem e ao bem-estar, pois entregues a si próprias caíam na irracionalidade e para aí arrastariam os que as rodeavam.

⁴⁵ Oliveira Martins, *Dispersos II*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1924, pp. 148, 157.